

# Superior Tribunal de Justiça

## HABEAS CORPUS Nº 537.358 - SP (2019/0297532-4)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**IMPETRANTE** : VILMAR FRANCISCO SILVA MELO  
**ADVOGADO** : VILMAR FRANCISCO SILVA MELO - SP262172  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : RAFAEL MINE GUIMARAES (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de RAFAEL MINE GUIMARAES, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no (*Habeas Corpus* n. 2126007-42.2019.8.26.0000).

Inferre-se dos autos que foi indeferido o pedido de progressão de regime do paciente.

A defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de Justiça, questionando o preenchimento dos requisitos legais. A ordem foi denegada ao argumento de que no exame criminológico do paciente verificou-se dúvida acerca da sua aptidão em retornar ao convívio social.

Agora a defesa impetra a presente medida nesta Corte aduzindo que estão preenchidos os requisitos objetivo e subjetivo para a progressão de regime do paciente. Assegura que o reconhecimento pelo atestado de bom comportamento carcerário do paciente preenche o requisito subjetivo.

Requer, em liminar e no mérito, que se seja reconhecido o excesso de execução e reconhecimento do preenchimento do requisito subjetivo do paciente ou que se determine que o juízo a quo profira nova decisão, nos moldes descritos, ou que analise somente os critérios objetivos do paciente, para que se conceda ao paciente a progressão ao regime semiaberto.

É o relatório. Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris e do periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

A pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após

# *Superior Tribunal de Justiça*

manifestação do Parquet.

Por tais razões, indefiro o pedido de liminar.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no site do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer. Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

